



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

MONOGRAFIA

CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA DO BRASIL COLÔNIAL AÇUCAREIRO

Manoel Bezerra de Araújo

**NATAL-RN
2002, 1**

MANOEL BEZERRA DE ARAÚJO

CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA DO BRASIL COLONIAL AÇUCAREIRO

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
Professora Denise Mattos Monteiro, do
Curso de História da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, sob a orientação
do Professor Zóroastro Ramos Cardoso.

**NATAL – RN
2002**

AGRADECIMENTOS

Ao professor Zoroastro Ramos Cardoso, pois com sua orientação meticulosa soube como me encaminhar na trilha certa desse trabalho, oferecendo condição imprescindível para sua elaboração. Atencioso, sugestivo e com sua tranqüilidade invejável, mesmo acumulado de trabalho, emprestou-me sua contribuição, cuja valia foi, sobretudo, fundamental para a condução desta pesquisa.

Na oportunidade da revisão bibliográfica pude contar com a Professora Aurinete Girão, que demonstrou, desde o início, uma considerável base de colaboração com sua praticidade e rapidez, assessorando nos detalhes que se mostraram fundamentais para a conclusão desta monografia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
I – A IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL AÇUCAREIRA	8
1.1 – A efetivação de posse da colônia	8
1.2 – A distribuição de terras e mão-de-obra utilizada na produção açucareira	10
1.3 – A União Ibérica: conseqüências para a economia açucareira	13
1.4 – A sociedade açucareira	14
II – AS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA	17
2.1 – O gentio de “Vera Cruz” diante do contato europeu no século XVI	17
2.2 – Grande lavoura <i>versus</i> produção de subsistência	19
2.3 – Senhores de engenhos, lavradores e categorias sociais	22
2.4 – A pecuária e o tabaco como apêndices da <i>plantation</i>	25
2.5 – A Coroa diante da escassez de alimentos	30
2.6 – O mercado interno	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

Esta monografia é o resultado de uma pesquisa sobre a economia de subsistência nas áreas açucareiras do Brasil Colonial, tendo como tema “Culturas de Subsistência no Brasil Colonial Açucareiro”, durante o período que vai do século XVI ao século XVIII.

Procurou-se demonstrar a importância da agricultura de subsistência e como se tornou subsidiária da economia agro-exportadora, sem a qual esta não teria condições de se desenvolver. Ao mesmo tempo, este estudo monográfico tenta esclarecer alguns problemas sociais decorrentes da exclusão da posse e uso da terra por uma considerável parcela da população. Tal situação gerada nos quadros da economia e sociedade colonial deixou esta população excluída do abastecimento de alimentos básicos.

No âmbito dos estudos de história colonial a agricultura de subsistência, como produtora de alimentos, no conjunto da economia colonial, tem ocupado papel secundário e subordinado. A organização da produção colonial destinada ao comércio metropolitano contrapõe-se a um relativo espontaneísmo da atividade agrícola voltada para o consumo da população local. A própria legislação portuguesa para a colônia reflete, sobretudo, a preocupação de favorecer atividades rendosas capazes de justificar, neste caso, a monocultura de exportação para a metrópole, atendendo aos interesses da burguesia metropolitana.

Se, por um lado, a produção das culturas de subsistência para o auto-abastecimento das grandes unidades, como tem sido ressaltado pelos historiadores, quer nas pequenas e médias propriedades, com capacidade de produzir excedentes, teve uma considerável importância interna, por outro, ela somente mereceu a atenção do poder colonial nos momentos críticos de sua produção.

Por isso mesmo tem sido reduzida a atenção dedicada pelos pesquisadores à agricultura de subsistência – apesar de ser discutida nos centros acadêmicos. Prova disso é a existência de um referencial bibliográfico disperso, que trata secundariamente a questão. Daí o relativo desprezo, por parte dos pesquisadores, aos estudos monográficos realizados nos níveis local, regional e, superficialmente, no âmbito nacional, que possam desvendar as estruturas e o funcionamento dessa “face oculta” da economia e da sociedade coloniais.

Sendo essa agricultura produtora da alimentação básica que assegura o abastecimento do campo e dos núcleos urbanos, desde os menos favorecidos da sociedade aos mais abastados, os pesquisadores não deveriam enfatizar apenas a macro economia, de exportação (*déficits* e *superávits*, taxas alfandegárias, protecionismo).

Não se pode deixar de levar em consideração o fato fundamental de que a agricultura no Brasil teve início com a colonização, estando, pois, desde o nascedouro, subordinada a impulsos externos, dependente de condicionamentos metropolitanos, de natureza mercantil.

Aliás, essa economia mercantil partiu da iminente ameaça – pelos franceses e espanhóis – de perda do território brasileiro e pela necessidade de concretizar de vez a posse dessa nova terra por Portugal, que resolveu – com base nas experiências da agricultura canavieira nas Ilhas Canárias, São Tomé e Ilha da Madeira – implantar no Brasil a *plantation*, mostrando-se assim como uma das possíveis soluções para a ocupação da terra e geração de riqueza.

A forma pela qual se processou a agricultura de subsistência no Brasil, sem dúvida foi a continuidade do que há tempos já existia neste continente, em face aos nativos aqui residentes. Essa agricultura subsidiária teve mais evidência nos períodos de escassez de alimentos para o consumo interno mediante, entre outras, das disputas de terras cultiváveis com a grande produção açucareira, cujo objetivo dos grandes proprietários visava mormente atender aos interesses de um mercado externo.

Uma constante em todas as culturas de exploração foi a busca constante do colonizador português da fortuna rápida sem o trabalho paciente. A consequência disso é o incremento da mão-de-obra escrava, primeiro do índio, depois do negro africano.

Sendo basicamente uma sociedade privada, a plantation restringia qualquer tipo de lavoura que tirasse o espaço da plantação da cana. Inclusive houve um período em que a plantação de mandioca estava escassa exatamente por causa da produção agro-exportadora, já que os senhores de engenhos só destinavam suas terras cultiváveis para produção açucareira, havendo, entretanto, intervenção da coroa portuguesa, ou seja, determinando aos senhores de engenhos que fosse realizado o plantio da mandioca.

Percebe-se que nesse tipo de sociedade a mobilidade social era praticamente inexistente, estando composta por uma classe dominante (classe senhorial), constituída pelos

grandes proprietários rurais que formavam a aristocracia; pouquíssimos trabalhadores assalariados e muitos trabalhadores escravos, além da camada de pessoas formadoras de uma categoria social de homens livres. Estes constituíam a plebe dos campos paupérrimos, viviam das culturas de subsistência (mandioca, milho e feijão) e, por não estarem ao dispor dos interesses dos senhores, eram mal-vistos.

A partir do século XVII, após a restauração da dinastia portuguesa, com o fim da União Ibérica, o reino português envidou todos esforços para revitalizar a economia agrícola, principalmente com o cultivo do tabaco na Bahia e no Rio de Janeiro, que depois se espalhou para outras capitanias. Apesar da crescente aceitabilidade do produto no continente europeu, a sua plantação na colônia não foi somente por esse motivo, mas, principalmente, para ser utilizado como moeda no tráfico negreiro, a fim de serem utilizados como mão-de-obra nas lavouras açucareiras. No entanto, a referência a esse produto dar-se-á por dois motivos: por ter sido uma lavoura que se deu paralela a *plantation* e, principalmente, porque o seu cultivo alastrou-se por muitas áreas, dividindo e, até mesmo, substituindo espaços destinados ao plantio de alimentos de subsistências.

Há um provável mercado interno na economia colonial, tese defendida pelo historiador João Fragoso, para quem essa se desenvolve na lavoura e na pecuária presente no recôncavo baiano que, ao lado da atividade açucareira, haviam os pequenos e médios produtores de alimentos que, utilizando o trabalho familiar e/ou escravo, abasteciam os engenhos e as cidades. A agricultura destinada ao mercado interno também tinha no escravo sua base de sustentação. Já para J. F. Graziano Silva e outros, como Maria Yedda Linhares, Francisco Carlos Teixeira da Silva e Malfada P. Zemella, a existência desse mercado só foi possível diante das perspectivas de um comércio lucrativo gerado pela escassez de alimentos na região das minas, ou seja, a partir da euforia do ouro.

O período estudado compreende os séculos XVI a XVIII, mais especificamente a época da implantação, desenvolvimento, apogeu e crise da grande lavoura canavieira no Brasil colonial. A *plantation* foi alvo do estudo, primeiro pelas dimensões que ela tomou como produção monocultora de exportação; e, segundo, principalmente, por significar que a partir da lavoura açucareira foi que se efetivou a colonização de povoamento, acarretando, conseqüentemente, a necessidade de abastecimento de alimentos de subsistência.

O referencial bibliográfico deste estudo confirma as evidências atestadas durante os trabalhos de pesquisas para sua elaboração, ou seja, há muitas referências, no entanto superficiais e repetitivas. Mesmo assim, encarou-se como desafio e constituiu-se esta monografia, cuja estrutura divide-se em dois capítulos: o primeiro abrange o período que compreende da implantação, desenvolvimento e decadência da indústria açucareira na colônia; e, o segundo, aborda os principais aspectos das culturas de subsistência, como subordinada ao sistema da *plantation*, destacando os mais importantes pontos de sua produção, como também, os prováveis subsidiários dessa base alimentar.



I – A IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL AÇUCAREIRA

1.1 - A efetivação de posse da colônia

O período pré-colonial ou da colonização das feitorias (1500-1530) foi marcado por um relativo esquecimento, visto que Portugal, neste período, centralizava seus esforços para os vantajosos negócios das Índias e da exploração do litoral africano; e também, porque o tão esperado ouro não fora encontrado imediatamente na colônia brasileira, sendo explorado sistematicamente a partir dos fins do século XVII. Desta feita, o Estado português era levado a não dispor ou “*transferir recursos, homens e navios para ocupação da Nova Terra, cujo retorno imediato era dado apenas por madeira tintorial, papagaios e pimenta*”¹.

Até a década de 1530 a exploração da América portuguesa esteve nas mãos de um Estado-empresário que, através de feitorias espalhadas ao longo da costa brasileira e controladas pela coroa, retirava da mata atlântica o pau-brasil. Além disso, existiam expedições que propiciavam proteger a costa brasileira contra as incursões de estrangeiros, as denominadas “guarda-costas”. Só que esse quadro iria mudar consideravelmente em virtude do aumento das disputas entre Portugal e Espanha pela divisão do Novo Mundo e das acentuadas e constantes incursões de piratas franceses atraídos pelo pau-brasil. Podemos, também, incluir neste contexto a crise das especiarias no Oriente - onde os portugueses desde de Vasco da Gama mantinham feitorias - que arruinava o Império português. Desta forma, Portugal não vê outra alternativa senão tratar de preservar a conquista das terras de “Vera Cruz”.

A decisão de colonizar o Brasil foi fácil, difícil foi encontrar a melhor forma de exploração. O produto mais adequado precisava preencher condições básicas: adaptar-se as condições de uma nova terra; ter aceitação no mercado europeu; ser fácil de produzir e vender. Esse estabelecimento agrícola no Brasil, como em outras áreas tropicais, teve como principal objetivo cultivar um produto de grande valor comercial e altamente lucrativo. Daí a experiência portuguesa como produtora do açúcar em sua ilhas do atlântico (Madeira e Cabo Verde), associada a grande disponibilidade de terras, foi fundamental para determinar o

¹ LINHARES, Maria Yedda et al. História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária. p. 26.

modelo de colonização, cuja base deu-se em três elementos: a grande propriedade; a monocultura; e o trabalho escravo.

Diante da iminência dos invasores estrangeiros em terras brasileiras, o Antigo Regime lusitano envidou todos os esforços e passou a se apoiar em um sistema econômico atlântico, estruturado nas plantações brasileiras e no tráfico de negros africanos. Regido pelo pacto colonial, Portugal possuía o monopólio sobre as exportações da colônia brasileira, e, da mesma forma, o mercado interno só podia ser abastecido por produtos intermediados pelos lusos. *“Desse modo, Lisboa limitava a participação de mercadores estrangeiros e se apropriava de parte dos lucros coloniais”*². Vale dizer, que esse comércio servia aos interesses de grandes homens de negócios nos portos coloniais. (A Economia Colonial Brasileira (séculos XVI-XIX).

*“No Brasil, como nas colônias inglesas de tabaco, de algodão e de arroz da América do Norte, as grandes plantações foram obra não do Estado colonizador, (...) mas de corajosa iniciativa particular. (...) que, concorrendo às sesmarias, dispôs-se a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real, as muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecundaria”*³.

Mesmo dentro de um cenário mercantilista, onde a busca de metais preciosos era incessante, a administração portuguesa visava também, desde os primeiros contatos com a sua grande colônia na América, obter as prováveis riquezas minerais. No entanto o verdadeiro sucesso econômico do país tropical de colonização lusitana foi, inicialmente, a grande lavoura monocultora de cana de açúcar, ou seja, a utilização do solo e não a exploração dele.

Quase nada restou das três décadas iniciais ao descobrimento, das atividades de exploração de madeiras tintoriais, presente nas matas da costa oriental, feitas pelos aventureiros. As feitorias não conseguiram deixar traços concretos de sua presença na colonização. Somente com o advento da cana-de-açúcar foi que se encontrou condição para sua expansão, em face dos responsáveis pelos primeiros esforços de colonização terem recompensadas suas iniciativas econômicas.

² FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo, FARIA, Sheila de Castro. A economia colonial brasileira – séculos XVI-XIX., p. 31.

³ FREIRE, Gilberto. Casagrande & Scnzala, p. 91.

A economia açucareira foi a opção que Portugal instituiu em sua colônia brasileira, pois objetivava assegurar a posse da terra, com o povoamento e buscar alternativas para equilibrar suas finanças, face à crise no Oriente. A plantação canavieira e a produção do açúcar já eram bastante conhecidas dos portugueses, motivo maior de sua escolha. A sua experiência é proveniente desde do século XIII, pois nesta época plantava-se a cana em Algarves, sem as dimensões da *Plantation*, e mais tarde nas ilhas das Canárias. Daí por diante, com o financiamento feito em sua maioria pelos holandeses, os portugueses só tenderam a aprimorar as técnicas do plantio, de início com a mão de obra indígena e depois com a mão de obra africana, através do negro cativo.

A fundação de vilas e cidades em pontos privilegiados da costa brasileira - as primeiras pelos donatários e as segundas pelas autoridades da administração portuguesa - efetiva de vez a colonização brasileira. Tais aglomerados pioneiros resultaram na criação de pequenas áreas agrícolas, em seus arredores, destinados ao abastecimento imediato das populações. Assim, foram feitas as primeiras experiências de uma economia de subsistência (alimentos de origem agropastoril). Engenhocas rústicas para moagem da cana-de-açúcar, recém introduzidas, esboçavam o embrião dos primeiros engenhos açucareiros, aqui presentes.

Com o sucesso da cultura açucareira, fortalecendo cada vez mais o seu comércio, possibilitou e favoreceu as regiões fixarem raízes e expandir-se, servindo de atração para imigração de elementos metropolitanos. E muito cedo os senhores enriquecidos com a cana-de-açúcar puderam ampliar a produção com a compra de escravos africanos.

1.2 - A distribuição de terras e mão-de-obra utilizada na produção açucareira.

Quando o rei de Portugal D. João III (1521-1557) decidiu efetivar a posse das terras brasileiras, antes de implantar o sistema econômico de exportação, "*lançou mão do expediente que todos reis de Portugal tradicionalmente usavam para atingir seus objetivos de povoamento*"⁴, a divisão e distribuição de terras. Adotou o sistema de capitânicas hereditárias, distribuindo as terras entre fidalgos da pequena nobreza e funcionários da burocracia

⁴ LINHARES, Maria Yedda *et al.* Op. cit., p. 28.

monárquica - já que os burgueses interessavam mais pelas Índias, terras no Reino e suas ilhas adjacentes.

No entanto, antes da efetivação do sistema de capitâneas hereditárias, Martim Afonso de Souza - encontrava-se no Brasil chefiando as expedições "guarda-costas" - já havia adotado em seu núcleo colonial (São Vicente) o plantio da cana de açúcar trazida da Ilha da Madeira, como também a Nova Lusitânia, em Pernambuco, com Duarte Coelho - capitão-Donatário - financiados, com recursos dos cristãos-novos - judeus, que perseguidos pela inquisição, converteram-se ao cristianismo - para a montagem da parte industrial do engenho, alcançando grande êxito. Daí por diante, com o sistema de capitâneas foram fundados outros núcleos importantes de colonização, porém não obtiveram êxito.

Normalmente donatários de pequena expressão social e econômica, em regra não disponham de grandes recursos próprios. Isso quer dizer que teriam que obter empréstimos de outrem. Foi o que fizeram, levantaram empréstimos tanto em Portugal quanto na Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e negociantes judeus. A perspectiva principal do negócio estava na cultura da cana de açúcar por se tratar, na época, de um produto de grande valor comercial na Europa, mesmo já existente nas ilhas do atlântico e na Sicília, porém o volume era pequeno. Na verdade já se conhecia a colônia brasileira para se esperar que nele a cana de açúcar dar-se-ia bem. Além do clima quente e úmido e do solo de massapê favorável ao plantio, a mão de obra indígena foi responsável pela força de trabalho, conseguida, inicialmente, de maneira pacífica. Mais tarde a aquisição do trabalho indígena veio a ser proveniente das guerras intertribais, as chamadas "guerras justas", promovidas pelos colonizadores através de doações de terras (sesmarias) como pagamento, além da utilização de moedas correntes em troca de prisioneiros de guerras condenados à morte por tribos rivais. *[apesar de mais tarde esse aproveitamento da mão de obra indígena, resultar inexecutável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande engenharia que os engenhos de açúcar].*

Diante da baixa produtividade da mão-de-obra indígena foi exigido da coroa portuguesa novas alternativas. Com o sustento no capital acumulado durante a fase indígena houve a possibilidade da produção colonial recorrer ao tráfico de negros africanos, visto que, o comércio negreiro veio a consolidar a economia colonial no Atlântico.

A mão de obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. Superada as dificuldades da etapa de instalação, a colônia açucareira desenvolve-se

Coelho, por ele:
 * Expedição de 1530 chefiada por Martim Afonso de Souza tinha objetivos:
 a) colonizar
 b) policiadas (guarda costas)
 c) explorada (explorar e comercializar açúcar).

rapidamente. Ao terminar o século XVI, a produção de açúcar muito provavelmente superava os dois milhões de arrobas. Vinte vezes maior que a cota de produção que o governo português havia estabelecido um século antes para as ilhas do atlântico.

O rápido desenvolvimento da indústria açucareira, apesar das enormes dificuldades encontradas com os custos dos transportes, equipamentos e a hostilidade indígena indica claramente que o esforço do governo português concentrava-se nesse setor, como os privilégios outorgados aos donatários de somente eles fabricarem moenda e engenho d'água, terem isenções de tributos, garantia com a penhora dos instrumentos de produção, honraria e títulos.

A implantação da cultura do açúcar possibilitou melhor adequação da colônia aos interesses de Portugal. Dessa forma, garantia a posse da terra e gerava recursos para manutenção do Antigo Regime português. Digamos que, com o açúcar o sistema de feitorias – e com, ele, a intervenção direta do Estado – cederia espaço aos projetos de efetiva ocupação e colonização do novo território. E como citado anteriormente, cabia aos senhores capitães-donatários, detentores de faixas territoriais, denominadas de capitâneas, cederem partes de suas terras (sesmarias) aos moradores.

Faz-se necessário mencionar que o grande impulso para o sucesso da produção açucareira deve-se basicamente a política de Governador-geral, instituído pela coroa portuguesa, já que à história confusa da colonização feita através do sistema de capitâneas hereditárias retrata bem os grandes e sérios problemas causados por uma cultura estrangeira colocada frente a frente com um imenso território dominado pelo gentio nem sempre passivo.

Percebendo-se a ineficácia do sistema de capitâneas hereditárias a coroa portuguesa, incentiva a criação de um órgão que viesse melhorar a administração colonial, criando assim, o Governo Geral (1549), que veio a incentivar ainda mais o sistema sesmarial, tendo o colono que mostrar produtividade, sob a ameaça de perder as terras caso não lograsse êxito; e, também, visava reverter as constantes ofensivas indígenas nos núcleos populacionais, fato que levou o governo português a centralizar a administração numa autoridade colonial a fim de destruir aldeias hostis e escravizar sua população. Aliás, surge ^{na} neste período as “guerras justas”, quando várias aldeias foram dizimadas e milhares de índios foram escravizados, agora transformados em “negros da terra” (referência à escravidão africana).

1.3 - A União Ibérica: conseqüências para a economia açucareira

Desde da metade do século XVI, a coroa portuguesa da produção de açúcar passa a ser uma empresa cada vez mais em comum com os holandeses, que recolhiam o produto em Lisboa, refinavam e faziam a distribuição no continente europeu. A contribuição flamenga para a grande expansão do mercado açucareiro, com a experiência comercial e com parte substancial dos capitais, foi de fundamental importância para o êxito do processo de colonização brasileiro.

Antes da União Ibérica Portugal e os Países Baixos, mantinham largo comércio, no qual os navios holandeses traziam para os portos portugueses não só mercadorias, como trigo, madeira e metais, do norte europeu, mas produtos da sua própria indústria, sobretudo peixe, manteiga e queijo. Porém decretada a União Ibérica a Espanha embarga os navios holandeses, interrompendo o seu comércio.

A estrutura política que fez progredir a empresa agrícola açucareira e assentou a colonização no Brasil foi profundamente modificada pela absorção de Portugal pela Espanha - União Ibérica. A guerra entre Espanha e Holanda, durante esse período, repercutiu fundo na colônia portuguesa na América, haja vista que a Holanda, no início do século XVII, controlava praticamente todo comércio dos países europeus realizados pelo mar.

O trabalho de distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses era basicamente impraticável. Percebe-se que estes não queriam nem pretendiam renunciar a parte substancial que tinham na comercialização do açúcar, absorvendo praticamente todo lucro.

Com a União Ibérica observa-se que os batavos ficaram impossibilitados de comercializar o açúcar brasileiro, assim a luta pelo monopólio açucareiro torna-se uma das razões de ser da guerra, sem quartel, que promovem os holandeses contra a Espanha; sendo o Nordeste - parte da região administrativa e produtora de açúcar no Brasil - palco da ocupação dos holandeses, durante um quarto do século.

Aliás, foi através da Companhia de comércio das índias ocidentais que os holandeses concretizaram a invasão no Brasil sob o domínio espanhol, o que lhes possibilitou além da retomada do comércio açucareiro, também obtiveram, com a estada no Nordeste do Brasil, o conhecimento das técnicas e organizações da indústria açucareira. Esses conhecimentos vão

constituir a base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente de grande escala no Caribe.

1.4 - A sociedade açucareira

A sociedade colonial como um todo era reflexo da estrutura econômica escravista e, portanto, fora formada para atender aos interesses mercantilistas da Metrópole. Percebe-se que nesse tipo de sociedade a mobilidade social era praticamente inexistente, estando composta por uma classe dominante (classe senhorial), constituída pelos grandes proprietários rurais que formavam a aristocracia brasileira; trabalhadores assalariados e escravos, que eram utilizados como mão-de-obra na lavoura, além de fazerem serviços diversos dentro do engenho. Nessa estrutura a formação familiar era voltada ao patriarcalismo, regime em que o chefe da família tomava todas as decisões necessárias ao bom andamento de seus negócios, estando a mulher legada a segundo plano. *“Conta o senhorio açucareiro com uma tradição de lutas constantes, quase contínuas, por sua conservação, pela defesa de suas prerrogativas econômicas, sociais e políticas, pela integridade do monopólio da terra”*⁵.

A organização social da colônia durante os três primeiros séculos da História do Brasil, basicamente, não sofreu modificações importantes. Do século XVI até o final do século XVII, a sociedade colonial girava em torno dos engenhos açucareiros, onde era compreendido por quatro edificações centrais: as casas de engenho (as moendas), a casa-grande (residência dos senhores de engenho), a senzala (morada dos escravos) e a capela (local de práticas religiosas, católicas), dentro dessa estrutura havia também a casa dos assalariados, canaviais, currais – o boi representava a força motriz nas moendas - e as matas virgens.

O engenho era uma unidade agrícola praticamente auto-suficiente. Nela havia escola para alfabetização administrada pelos padres. A alimentação diária dos moradores e hóspedes vinha das plantações, da criação de gado, da caça e da pesca. Nas serralharias faziam-se as peças de mobiliário e se trabalhava a madeira para todas as construções do engenho.

Além disso, havia os lavradores livres, cultivadores de terras próprias ou arrendadas, que trabalhavam em roças de subsistência e por isso eram chamados de roceiros – não

⁵ GUITMARÃES. Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. p. 66.

produziam para o mercado externo. E mais tarde com o declínio do açúcar, no último quartel do século XVII, surgiu a figura dos moradores. Em geral, mestiços de mulatos, negros livres e índios formavam a camada menos favorecida dos campos paupérrimos, que viviam da cultura básica da mandioca. Além dos moradores, os agregados, também mestiços (índios, negros e brancos pobres), prestavam serviços aos proprietários dos engenhos como guardas de propriedade, uma espécie de milícia particular. Apesar de gozar de certa liberdade, suas vidas eram muito semelhantes às dos escravos.

“A sociedade decorrente desse modelo explicativo de nossa história colonial estaria polarizada entre senhores, de um lado, escravos, do outro, existindo entre ambos uma massa populacional que, embora por vezes bastante significativa em termos numéricos, estaria à “margem” do sistema colonial. Eram os “desclassificados”, vadios ou “homens sem qualidades”, para usar expressões da época”⁶.

Além da exclusão social acima exposta, outros aspectos podem ser levantados, no que diz respeito a essa população, como o seu modo de viver e de que se alimentavam. FRAGOSO também responde: a dita população que buscava na produção de alimentos a sobrevivência, era vista, pela elite, como marginais, andarilhos, mal-feitores, pois não se fixava em lugar algum - a administração portuguesa postava-se de maneira igual, ou seja, referia-se também com expressões negativas, como vadios, indolentes, entre outras. Tudo isso significava o medo da elite de uma suposta ameaça à ordem vigente. Há de se considerar que quando esses homens eram empregados na terra, submetidos aos poderes dos “homens bons”, o conceito invertia. Indiferente disso, quando essa população era empregada como mão de obra na terra exercia trabalhos em potencial. Outro fator ligado a essa classe intermediária, provém de uma forte mentalidade agrária voltada para monocultura da cana de açúcar, predominando nas áreas do plantio a inviabilidade de prática que tentassem introduzir uma certa policultura.

Para evitar que as terras de “Vera Cruz” viessem a tornar-se sinônimo de açúcar, como queria a classe dominante colonial, a coroa incentivava, por um lado, experimentos com novos produtos, promovendo, para isso, também a vinda de técnicos indianos; por outro lado, o Conselho Ultramarino, inicia uma política coerente e firme no sentido de evitar as repetições das fomes de 1650-51 e 1653-54, de profundo impacto sobre a população, procurando

⁶ FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo, FARIA, Sheila de Castro. Op. cit., p. 51.

interiorizar, na *plantation*, a produção de alimentos necessários, ao menos, para o abastecimento da escravaria.

Desde de 1530 considera-se que as terras brasileiras foram colonizadas para dar lucro à Metrópole portuguesa, transformando-se numa colônia de exploração. Os homens que vieram para o Brasil, visavam vantagens materiais, enriquecer e depois voltar para pátria mãe. Enormes latifúndios monocultores, produtores de bens exportáveis à custa da mão de obra escrava – eis a regra que deixava pouco ou nenhum espaço para as lavouras de alimentos.



II – AS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA

2.1 - O gentio de “Vera Cruz” diante do contato europeu no século XVI

Os nativos tupi-guaranis aqui existentes durante a chegada dos europeus eram conhecedores e praticantes de técnicas agrícolas adaptadas ao seu habitat, com uma diversificada produção agrícola de alimentos, *“particularmente através do seu gênero principal, a mandioca”*⁷. Sem abastecimento suficiente de alimentos europeus os colonos dependiam de alimentos indígenas: pescados e mariscos, que havia com fatura em todo litoral da colônia.

Ao instalar-se nas terras de “Vera Cruz”, o português colono teve que mudar radicalmente seu hábito alimentar, cujo paladar teve que se deslocar do deficitário trigo para o pão da terra, a mandioca; e quanto ao sistema de lavoura, tanto as condições físicas e químicas do solo, quanto as de temperatura ou clima, não permitiram que tivesse as mesmas facilidades de trabalho das terras portuguesas. Em relação a esse assunto, *“o colonizador inglês dos Estados Unidos levou sobre o português do Brasil decidida vantagem, ali encontrando condições de vida física e fontes de nutrição semelhantes às da mãe-pátria”*⁸.

Além da mandioca, a agricultura de subsistência indígena tinha como base, também, o milho, a batata-doce e, às vezes, amendoim, feijão e banana, influenciando a agricultura de subsistência do colonizador com uma rica diversidade nativa. Deste modo, a monocultura da cana-de-açúcar foi forçada a conviver com a policultura nativa:

- Área de mandioca: grande dispersão pela bacia amazônica, daí se espraiando para o litoral;
- Área do milho: correspondentes às regiões em contato com as vertentes pré-andinas, dos Guaporé até a bacia Paraná-Paraguai, penetrando em cunha até a serra do Mar e atingindo os (...) kaiapós e os botocudos, que, normalmente, o associam ao cultivo da abóbora;
- Área da batata-doce: seu grande núcleo de dispersão parece ter sido o Brasil central, entre os timbiras e os kaiapó setentrionais⁹.

⁷ LINHARES, Maria Yedda et al. Op. cit., p. 37.

⁸ FREIRE, Gilberto. Op. cit., p. 89.

⁹ LINHARES, Maria Yedda et al. Op. cit., p. 38.

Os colonos não só adotaram dos indígenas essa diversidade agrícola na alimentação, como também, as técnicas agrícolas, como: a broca, a coivara e a queimada na preparação do solo para o plantio e pousio longo. O solo era explorado até seu esgotamento, depois abandonado por um longo período, até a sua recuperação. [*Espaço para o plantio não seria problema para o índio nem para o colono, devido à vastidão de terras disponíveis para agricultura.*]

Os primeiros contatos portugueses com os índios deram-se através do extrativismo do pau-brasil e economia de troca ou escambo, o que permitia aos colonos obterem mantimentos nativos e mão-de-obra indígena. E outra forma de aquisição de trabalhadores indígenas dava-se através da compra de prisioneiros das guerras intertribais, logo transformados em escravos. Contudo, ultrapassada a fase das feitorias, esse expediente mostrou-se pouco eficiente para suprir a crescente necessidade dos colonos. A hostilidade e ataques violentos entre colonos e indígenas era comum, com atrocidades de parte a parte. Aliás, a insegurança portuguesa perante os nativos era tanta que muitas vezes os submetiam a ataques violentos mais por medo do que pela cobiça.

“depois [do primeiro contato com a esquadra de Cabral], durante os primeiros séculos de exploração, defesa e ocupação do nosso território, surgiram os mais graves problemas entre os nativos e os colonizadores. E os índios que haviam sido considerados bons e hospitaleiros, passaram a ser vistos como selvagens, irracionais, privados até da alma”¹⁰.

Através de duras e longas experiências, os portugueses conseguiram mudar as relações com os índios, substituindo o escambo pela agricultura. Agora, o colonizador passou a encarar o índio como obstáculo à posse da terra, pois os objetivos dos brancos só poderiam ser alcançados através da exploração territorial, escravidão e destribalização. [*assim pensava o português*]. O anseio de submetê-los passou a ser o elemento central da ideologia dominante do mundo colonial lusitano.

Podemos dizer que, a partir do momento em que os índios foram submetidos ao trabalho forçado na lavoura canavieira, suas relações com o português logo se deterioraram, pois resistiram à escravidão, constituindo, assim, o mito da “(...) incompatibilidade do gentio

¹⁰ PERET, J. Américo. O desafio da cultura indígena, p. 57. /

com a agricultura e da preguiça da raça¹¹. E não poderia ser diferente, pois o índio não entendia porque trabalhar além das necessidades de subsistência. Além do mais, a agricultura indígena era praticada pelas mulheres, embora os homens fizessem o trabalho pesado da broca e da coivara.

2.2 - Grande lavoura versus produção de subsistência

As principais áreas de plantio da colônia foram a Baía de Todos os Santos (Recôncavo Baiano), Recife (Pernambuco) e São Vicente, mas em geral toda costa brasileira serviu para o cultivo da monocultura açucareira. É nesta base, portanto, que se inicia a ocupação e efetivação da colonização brasileira.

A economia agrícola de subsistência esteve sempre presente através de produtos nativos que melhor caracterizavam a dieta de maior parte dos agrupamentos rurais brasileiros: milho, feijão, mandioca, banana e diversos tipos de abóboras. Isso tudo complementado pela criação de porcos e aves de pequeno porte, como também a criação do gado que desde a implantação do açúcar esteve presente no país.

Nos primeiros três séculos da colonização a agricultura esteve subdividida em duas grandes formas diferentes e desiguais: de um lado, a *plantation* com a grande propriedade monocultura da cana-de-açúcar em áreas de clima quente e úmido e solos férteis, principalmente da zona da mata nordestina e do recôncavo baiano; e, de outro, a agricultura de subsistência, também praticada em solos florestais, porém menos ricos, e disseminada descontinuamente pelas zonas litorâneas e sublitorâneas, de certa forma ainda presa à ação dos primeiros núcleos urbanos estabelecidos na costa e nos raros compartimentos de planalto. O primeiro domínio foi uma lavoura de grandes plantações, ligadas à economia aberta, com mercados consumidores distantes, controlados pela metrópole; a segunda foi uma imposição das necessidades de alimentação dos agrupamentos humanos radicados em terras brasileiras, e que não participavam das áreas de colonização mais beneficiadas por grandes sucessos agro-econômicos (*São Vicente e o litoral paulista, São Paulo de Piratininga e áreas povoadas dos*

¹¹ LINHARES, Maria Yedda et al. Op. cit., p. 39.

vales do Parnaíba e Tietê¹²).

Esses dois grandes setores de produção da economia brasileira colonial podem ser distinguidos, em primeiro lugar, por uma economia voltada inteiramente para a exportação, cuja organização e funcionamento são objetivados num único fim: atender aos interesses da metrópole. E, em segundo, no mais que existisse nela, ou seja, tudo aquilo que não fosse atrelado ao sistema de exportação era subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível aquele objetivo essencial. [*essa definição serve um pouco para entendermos o perfil da vida e da evolução econômica da colônia*].

Pode-se dizer que a cultura subsidiária “(...) somente mereceu a atenção do poder colonial nos momentos críticos. (...) a dominância do estímulo externo não geraria qualquer interesse na produção de alimentos, vista como solução estagnante e produtora de atraso”¹³. Apesar de ser encarada como uma atividade menor, assim vista pelo poder dominante, a agricultura de subsistência torna-se, desta forma, um apoio da atividade principal que se voltava para o comércio. Embora encarada como secundária, essa atividade desempenhava o papel de ocupar a terra, desbravando-a e povoando-a, além de cumprir as tarefas que foram surgindo aos poucos.

“Inclui-se aí a economia de subsistência (...). Ao contrário da cana de açúcar, onde encontramos a exploração em larga escala (...). Encontramos a produção de gêneros de consumo, em primeiro lugar, incluída nos próprios domínios da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas. Estes são autônomos no que diz respeito à subsistência alimentar daqueles que habitam e neles trabalham. Praticam-se aí, subsidiariamente, as culturas necessárias a este fim, ou nos mesmos terrenos dedicados à cultura principal, e entremeando-a, ou em terras à parte destinadas especialmente a elas”¹⁴.

Parte da produção subsidiária de alimentos era praticada pelo proprietário empregando os mesmos escravos que tratavam a lavoura principal, quando não estavam ocupados com essa atividade; e, outra por conta dos próprios escravos, que recebiam um dia da semana, e às vezes até mais dias, dependendo da generosidade do senhor. Assim pode-se concluir que a

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. p. 180.

¹³ LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da agricultura brasileira. p. 116-117.

¹⁴ PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. p. 41.

população rural da colônia envolvida na grande lavoura provê o seu próprio sustento através das culturas de subsistências.

Podemos constatar que a unidade escravista vivia exclusivamente voltada para a agricultura de exportação. Parte da força de trabalho, que se dedicava à produção de alimentos de subsistência, deveria ser empregada diretamente nas atividades agrícolas e industriais do engenho, relacionadas principalmente na época da safra da cana, quando a demanda de mão-de-obra aumentava consideravelmente. Dentro do sistema monocultor açucareiro e escravista da *plantation* o escravo era considerado um bem durável de consumo. "*O mercado externo se constituiria, portanto, em início e fim da produção brasileira*"¹⁵.

A população urbana não dispunha das mesmas condições de abastecimento dos engenhos e fazendas. Apesar de ser consideravelmente pequena no primeiro século e meio da colonização, essa população não tinha tempo nem meios para ocupar-se de sua subsistência, já que se dedicava à administração e ao comércio. A sua manutenção provinha do excedente da produção dos grandes domínios, parte pequena e, às vezes, insuficiente. Quando o açúcar estava numa fase próspera e ascendente e com preços vantajosos, todos esforços eram canalizados para sua produção. Em conseqüência, pouco sobrava para atender a produção de alimentos para os centros urbanos.

Com o sistema econômico colonial centralizado na grande lavoura, relegando a papel secundário a agricultura de subsistência, isso determinou um problema dos mais sérios que a população urbana colonial teve de enfrentar.

*"Como houvesse um déficit no abastecimento, em decorrência da insuficiente produção colonial de alimentos de subsistência e do elevado custo dos produtos importados, o governo tentou incentivar a produção agrícola de alimentos para consumo local. Os gêneros de primeira necessidade eram caros e, em grande parte, vinham de fora, por que as melhores terras estavam ocupadas com a monocultura da cana-de-açúcar"*¹⁶.

Naturalmente a questão aparece mais seriamente no século XVIII, quando os centros urbanos adquirem relativa importância; porém o problema já existia desde do princípio da colonização, e a legislação preocupa-se muito com ele. Estabelecem-se medidas obrigando os

¹⁵ FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo, FARIA, Sheila de Castro. Op. cit, p. 51.

¹⁶ CARDOSO, Zoroastro Ramos. Burgueses urbanos. p. 64.

proprietários a plantarem mandioca e outros alimentos; gravam-se as doações de terras com a obrigação de se cultivarem gêneros alimentares desde do primeiro ano da concessão. Todas as medidas eram mais ou menos frustradas na prática. Os senhores de engenhos fixavam as atenções no plantio e produção do açúcar, cuja exportação deixava grande margem de lucros, e ninguém daria importância aos gêneros alimentares.

Isento do problema da escassez de alimentos, um senhor de engenho lança seu desafio formal às leis que determinavam o plantio de mandioca; *“não planto um só pé de mandioca, escreverá (sic) ele dirigindo-se às autoridades, para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país que nela há...”*¹⁷. Os lucros obtidos com a lavoura do açúcar justificam estas atitudes dos grandes proprietários, mesmo que tivessem que pagar mais caro pelos alimentos que consumiam. Bens de consumo importados, principalmente artigos de luxo, eram consideráveis: vinhos espanhóis e franceses, azeite de oliveira, cerveja, vinagre, peixe salgado, sebos e cavalos, farinhas, biscoitos, manteiga, óleo linhaça e de baleia, especiaria, panos, lãs, sedas, cobre, ferro, Aço.

A casa de engenho ainda detinha também outros encargos financeiros, como a compra de gado (para tração) e lenha (para fomalhas). Entretanto a alta rentabilidade do negócio induzia a especialização, o que era perfeitamente explicável do ponto de vista econômica que os empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividade secundária, pelo menos quando eram favoráveis as perspectivas do mercado do açúcar. A própria produção de alimentos para os escravos, nas terras do engenho, tornava-se antieconômica nessas épocas.

2.3 - Senhores de engenhos, lavradores e categorias sociais

Os proprietários, via de regra, exploravam diretamente suas terras, todavia, freqüentemente, cediam partes delas a lavradores que se ocupavam com a sua cultura e produziam a cana por conta própria, obrigando-se, contudo, a moerem sua produção no engenho do proprietário. O lavrador fica com a metade do açúcar extraído de sua cana e ainda paga pelo aluguel das terras. Há, também, os lavradores livres, proprietários das terras que

¹⁷ PRADO JR., Caio. Op. cit., p. 43.

ocupam, os quais fazem moer sua cana no engenho de sua preferência. Recebem, então, a meação integral. Nem todas as propriedades dispõem de engenho próprio, devido ao elevado custo de implantação das instalações necessárias. O engenho é um estabelecimento complexo, compreendendo algumas construções e seus aparelhos mecânicos.

“Os lavradores embora estejam socialmente abaixo dos senhores de engenho, não são pequenos produtores, da categoria dos camponeses. Trata-se de senhores de escravos, e suas lavouras, sejam em terras próprias ou arrendadas, formam como os engenhos grandes unidades”¹⁸.

A existência de homens livres agregados dentro da “formação escravista brasileiro” pertencente a uma categoria social de pessoas livres, ora denominados de agregados, ora de moradores. A primeira denominação usada com mais frequência no Sul e a segunda mais no Nordeste. A formação dessa camada de homens livres cultivadores de terra alheia começou muito cedo com o sistema jurídico sesmarial. Desde do século XVI havia os moradores, ou seja, os foreiros que cultivavam roças de mantimentos e canaviais. Estudos apresentados, após os cronistas revelam a distinção dessas categorias econômico-sociais, na língua usual, como morador para o *agregado* e o cultivador de cana arrendatário, possuidores de escravos, como *lavrador*.

“No Brasil, o tipo de colonização e a vastíssima extensão de terras incultas possibilitaram o adensamento de um modo de produção marginal, predominantemente de auto-subsistência: o dos pequenos cultivadores não-escravistas”¹⁹. Dentro dessas categorias estavam os *agregados*, os *sitiantes* – pequenos proprietários de terras, e em maior número os *posseiros* – meros ocupantes da terra. Os agregados eram pequenos cultivadores dependentes da plantagem, já os *sitiantes* e *posseiros* situavam-se fora dos limites da plantagem; estes últimos tinham a mesma origem dos agregados e formavam categoria afim.

Dentro de uma sociedade agrária e mercantil o trabalho tende a ser quase exclusivamente na terra, mas numa sociedade escravista, onde há possibilidade de alforrias, uma economia em expansão e a entrada de imigrantes brancos, quase sempre portugueses, resultam numa população numerosa e capaz de sobreviver com seus próprios recursos. No

¹⁸ PRADO JR., Caio. Op. cit., p. 38.

¹⁹ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. p. 297-298.

entanto o ponto comum dessa população dava-se, na busca de sobrevivência, através da produção de alimentos ou do trabalho no setor de serviços dos núcleos urbanos - tanto um ex-escravo quanto um português pobre tinham na lavoura de alimentos sua possibilidade de sobrevivência, além dos serviços de vilas e cidades. Dessa forma, esses indivíduos integravam à dinâmica social e econômica da colônia. Porém, aos olhos das pessoas da época, esses tipos de trabalhos eram considerados menores, menosprezados. Assim como parte dessa população era vista pela elite como marginais, andarilhos e malfeitores, pois não se fixava em lugar algum. A administração portuguesa postava-se de maneira igual, ou seja, referia-se também com expressões negativas, como vadios, indolentes, entre outras. Tudo isso significava o medo da elite de uma suposta ameaça à ordem vigente. O ideal era tornar-se senhor de terras e de escravos, e dedicar-se, de preferência, às culturas de exportação.

A área que ela ocupa, e continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura no interior da *plantation* e não ambicionada por interesses mais poderosos - as fronteiras - daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da terra por pequenos proprietários e lavradores sitiantes, como se eles eventualmente ocupassem espaços territoriais por pequenos espaços de tempo.

Nota-se que tais atividades rurais nasceram nas áreas mais diversas, e quase ao mesmo tempo, interessando a inúmeros agrupamentos de colonizadores pioneiros, dotados de menos recursos e garantias do que os ricos senhores de canaviais e engenhos. Elas ficaram vinculadas às iniciativas dos sesmeiros e seus acompanhantes, que auxiliaram a ocupação efetiva da terra, tendo, por outro lado, uma distribuição geográfica muito irregular e variável, devido à vastidão do território, à concorrência de outras atividades, à instabilidade do povoamento e ao próprio mecanismo da itinerância, caracterizados quase como nômades.

A esses modestos "retirantes" que, cada vez mais, se multiplicavam pelas isoladas regiões serranas florestais do Brasil atlântico, é que se deve a ocupação efetiva de muitas áreas segregadas, distantes umas das outras, nas quais, no decorrer dos séculos, foram levados "*mais ou menos à margem dos caminhos de circulação mais geral, atirados aos seus próprios recursos e à sua própria sorte, garantindo sua subsistência à custa de uma produção polimorfa*"²⁰. Na verdade, frente às implicações da segregação e do triste isolamento tinham

²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 150-151.

que fabricar ou produzir desde a alimentação que necessitavam até a sua equipagem agrária e sua roupa grosseira, para não falar das suas modestas habitações caboclas, estas feitas, na maior parte das vezes, com troncos de árvores e paus entrelaçados, calafetadas irregularmente com barro e recobertas de palha seca. Esse, o personagem humilde do verdadeiro pioneiro caipira dos sertões florestais do Brasil sudeste e de muitas outras áreas do país.

A população indígena contribuiu muito para esta classe de pequenos produtores. Como, também, foram fundamentais para saciarem as necessidades alimentares dos primeiros colonos aqui chegados, que, ocupados na organização de suas empresas, não lhes sobravam tempo para se dedicar a outras atividades. Os índios, em seu estado nativo, dedicavam-se a agricultura, embora rudimentar e seminômade, buscando nela uma forma de obter alguns objetos e mercadorias dos colonos brancos.

Os produtos da pequena agricultura de subsistência foram, em grande parte, procurados na cultura indígena. Muitas espécies de tubérculos, como a mandioca (*manihot utilissima*, Pohl), o inhame e a batata doce tornaram-se a base da alimentação vegetal também dos colonos. Depois vem o milho, o arroz e o feijão; as verduras sempre foram pouco consumidas na colônia, a abundância de frutas tropicais, como a banana e a laranja, introduzidas desde o início da colonização, foram largamente disseminadas.

“A população colonial, com exceção apenas das suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição. A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora da cana-de-açúcar que reservara para si as melhores terras disponíveis”²¹.

2.4 - A pecuária e o tabaco como apêndices da *plantation*

A inserção do gado na lavoura canavieira, a princípio, fez com que essas atividades se fundissem. Tudo indica que as reses foram provenientes de Cabo Verde, e distribuídas entre os moradores da colônia durante o Governo de Tomé de Sousa. Com essas providências, rapidamente irão surgir e crescer os rebanhos, alastrando-se para os lados do sertão nordestino. Com a crescente proliferação bovina começaram as disputas entre as lavouras do açúcar e as

²¹ PRADO JR. Caio. Op. cit., p. 43.

terras para o pasto, acarretando, a partir da segunda metade do século XVII, o deslocamento dos rebanhos para o interior do país. O seu deslocamento dava-se sem maiores problemas, pois o gado movia-se com as próprias forças, guiados principalmente, por ex-escravos e índios, denominados de vaqueiros.

Diante das facilidades para instalação de uma fazenda de gado, que tinha como importante a disponibilidade de grandes extensões de terra e abertas ao desbravamento no interior da colônia. Outros fatores seriam a utilização de equipamentos baratos e a pequena necessidade de mão-de-obra. *“Estima-se que o número total de bois existentes nos engenhos era da mesma ordem do número de escravos. Por outro lado, admite-se que um boi valia cerca da quinta parte do valor de um escravo e que a sua força de trabalho era apenas de três anos”*²².

A economia de criação bovina no geral tinha como principal atividade em grande medida a atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. *“Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência”*²³.

As habilidades agrárias das zonas de climas quentes e úmidos, aliadas a facilidades naturais pelas regiões semi-áridas à expansão do gado, é que realmente importaram a colonização portuguesa, em seus domínios do Brasil, já que somente nos fins do século XVII que se descobriu o tão esperado metal precioso. A atividade agrária baseada na economia de plantações tropicais, com subsídios, completada pela pecuária extensiva, *“através das pastagens dos sertões semi-áridos, é que iria facilitar a penetração do povo e a conquista efetiva da terra”*²⁴.

Se o açúcar do Brasil o tem permitido o reconhecimento do país em todos os reinos e províncias da Europa; o tabaco o tem afamado muito mais em todas quatro partes do mundo. Há pouco mais de cem anos do surgimento da folha do tabaco na Bahia, já se havia, resumidamente o lucro, onde foi cada vez mais estimulado por Portugal.

²² FURTADO, Celso. História econômica do Brasil. p. 60.

²³ Ibidem. Loc. cit.

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., p. 180.

A partir do século XVII, após a restauração da dinastia portuguesa, com o fim da União Ibérica, o reino português envidou todos esforços para revitalizar a economia agrícola, cujos efeitos começaram a surgir ao final desse século, principalmente com o cultivo na Bahia, como também, no Rio de Janeiro.

Apesar da crescente aceitabilidade do produto no continente europeu a sua plantação na colônia não foi somente por esse motivo, e sim, principalmente, para ser utilizado no escambo de escravos africanos, que eram utilizados como mão-de-obra nas lavouras açucareiras. “*O centro principal desse produto é na Bahia, e como do açúcar desta região, no contorno do recôncavo baiano, particularmente na vila de cachoeira. Outras zonas produtoras foram Sergipe e Alagoas*”²⁵. No entanto, a referência a esse produto dar-se-á por dois motivos: por ter sido uma lavoura que se deu paralelo a *plantation* e, principalmente, porque o seu cultivo alastrou-se por muitas áreas, dividindo e, até mesmo, substituindo espaços destinados ao plantio de alimentos de subsistências.

No período compreendido entre o final do século XVII e o início do seguinte, o tabaco passou a desempenhar um papel chave nas receitas coloniais portuguesas. Fato que podemos comparar na obra *Cultura e Opulência do Brasil*, de Antonil citado por Maria Yedda Linhares, ou seja, o Brasil exportava para Portugal aproximadamente de 2.535.142.800 Réis de açúcar e o tabaco 344.560.000 Réis²⁶.

Além de grande parte do tabaco ser escoada para os mercados da África, utilizada como moeda na compra de escravos, também era exportado para a metrópole, praças européias e Índias. Isso se deu quando no Brasil começou a acentuar a exploração das minas de ouro – fator responsável pela migração de escravos para as áreas de mineração, esvaziando os setores das lavouras açucareiras, principalmente.

*“A repentina riqueza produzida pelo fumo, aliada ao pequeno investimento inicial necessário para sua produção (seja em terras, seja em escravos), levou inúmeros lavradores, que não podiam se estabelecer com a manufatura açucareira, a abandonarem suas roças de alimento, principalmente mandioca, para plantar tabaco”*²⁷.

²⁵ PRADO JR., Caio. Op. cit., p. 39-40.

²⁶ LINHARES, Maria Yedda et al. Op. cit., p. 52.

²⁷ Ibid., p. 53.

Impulsionados pelos preços e pelo incentivo, cresce um número significativo de produtores do tabaco em volta de Salvador e espalhando-se tanto em direção ao sul, como ao norte, mais especificamente nas margens dos rios Contas e São Francisco, respectivamente. Diante dessa crescente produção, surge a preocupação com a conservação das matas - o plantio do tabaco era responsável pelo desmatamento de grandes áreas - e com a auto-suficiência na produção de alimentos. O Conselho Ultramarino²⁸ emana uma política cujo interesse era em razão da construção naval (manter e conservar as matas), no que era apoiado pelos senhores de engenhos, preocupado com a possível escassez de lenha para suas fornalhas. Ao mesmo tempo havia a necessidade do Brasil se auto-abastecer na produção de alimentos, evitando a dependência do arriscado transporte marítimo e o aumento do déficit alimentício de Portugal. Na verdade o Conselho Ultramarino temia o barateamento de preços do tabaco, em face da sua crescente produção.

No último quartel do século XVII (1686) é expedido um alvará régio, decretando o fim da plantação do tabaco nas áreas onde antes havia sido utilizada para o plantio de alimentos:

“Por fim, em, 1704, o vice-rei ordenou a completa erradicação do tabaco na vila de Maragojipe, onde este produto vinha velozmente substituindo o cultivo da mandioca. No auge da fome daquele ano, que se estendeu por 1705, o governo de Salvador quis assegurar-se da completa desapropriação do produto nesta vila”²⁹.

Com esse mesmo propósito, o Conselho Ultramarino e os vice-reis passaram a exigir um maior equilíbrio entre a produção para o mercado externo e a produção de alimentos para o abastecimento interno. O que levou os senhores de engenhos e lavradores de cana e de tabaco a reagirem com protestos violentos. Como membros ou não das câmaras municipais, estes senhores utilizavam de suas influências a fim de manifestarem reações contra a legislação vigente e boicotar de qualquer maneira *“(...) o plantio de mandioca, planta de pobre, como fonte de prejuízos e perda”³⁰.*

²⁸Um dos cuidados do soberano português restaurado em 1640 (D. João IV), foi restabelecer a unidade administrativa criando o Conselho Ultramarino como órgão de centralização das relações entre colônia e metrópole, cujo regulamento data de 14 de julho de 1642, e que permanecerá até o fim da era colonial (LINHARES, Maria Yedda et al. Op. cit., p. 47).

²⁹Ibid., p. 54.

³⁰Ibid., p. 56.

O posicionamento oficial evidenciou a formação de bandos, que juntamente com alvarás e leis obrigavam o plantio de mandioca, principalmente para todos aqueles senhores que tivessem muitos escravos. Alcançando até os “patrões” dos navios que faziam a costa da África e que negociavam com farinha.

“A Bahia não conseguirá, ao longo de todo o período colonial, a auto-suficiência em alimentos, porém, o Rio de Janeiro – com suas freguesias de Majé, Iguaçu, Macau e Irajá – tornar-se-á um imenso celeiro da colônia, abastecendo cidades como Salvador, Recife e as colônias dos Sacramento e Angola, além das naus portuguesas”³¹.

Tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro, locais onde chegaram as ordens régias, há uma extensa legislação contrária às determinações da coroa de estender ou disponibilizar espaço para produção de alimentos em detrimento da monocultura.

As provisões régias seguem e, em 1642, havia se estabelecido a obrigatoriedade de se cultivar a mandioca em terras destinadas ao plantio de açúcar, medida, é claro, não cumprida, por não ser exequível. Diante dos protestos, a situação é regularizada em 1688, quando o Conselho Ultramarino determina que deveria “plantar quinhentas covas de mandioca por escravos que tivesse de serviço”³², não importando que tipo de cultura. Essa obrigatoriedade segue por determinação de ordens, pressões de bandos e alvarás da última década do século XVII até os últimos anos do século XVIII (quando a obrigatoriedade se estende para o plantio do milho, feijão e arroz).

Com tantas provisões pode-se até dizer que o seu cumprimento acabava se banalizando. “Poderíamos, também argumentar que, se o estado português não tivesse insistido tanto, inclusive com pena de prisão para infratores, as crises de fome na colônia teriam sido, com certeza, bem mais graves”³³. Em suma, diante posição exposta fica evidente que o projeto plantacionista era um projeto perseguido bem mais pela classe dominante colonial, senhores de engenhos, lavradores, de cana e de tabaco, e da burguesia portuária local envolvida no tráfico destes produtos, do que um projeto da coroa portuguesa, concebida em torno de um sentido único da empresa colonial.

³¹ LINHARES, Maria Ycdda et al. Op. cit., p. 56.

³² Ibid., p. 57.

³³ Ibid., p. 57.

2.5 - A coroa diante da escassez de alimentos

Pode-se admitir que a economia açucareira por constituir um mercado de grandes dimensões poderia atuar como fator altamente dinâmico em outras regiões do país, porém um conjunto de circunstâncias tendeu, sem empecilho, a desviar para o exterior a totalidade desse impulso dinâmico. Primeiramente havia os interesses dos exportadores portugueses e holandeses, *“os quais gozavam dos fretes excepcionalmente baixos que podiam propiciar os barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de que atividades concorressem com a economia metropolitana”*³⁴.

A coroa portuguesa procurou assegurar o abastecimento das vilas, povoados, engenhos e fazendas mediante incentivo de uma agricultura de subsistência na colônia, de vez que a metrópole não conseguia atender sozinha a demanda por alimentos:

*“(...) é engano supor, até mesmo, que o objetivo primordial da metrópole portuguesa fosse a agroexportação. A política dos dirigentes metropolitanos centrou esforços e incentivou o plantio de “cereias da terra”, como milho, mandioca e feijão. Portanto, nem mesmo a visão tradicional de um Estado português empenhado na implantação pura e simples de uma colônia monocultora e escravista se sustenta. Havia, inclusive, o intuito de promover a vinda de colonos pobres para reforçar o abastecimento e, até mesmo, exportar alimentos para o reino e suas possessões africanas”*³⁵.

Mesmo a coroa posicionando-se em defesa *“(...) dos interesses dos seus súditos e coibir abusos, o dever de colocar-se acima das castas, classes e ordens do Reino transparece (...)”*³⁶, no tocante à colônia, dois fatores: primeiro ao determinar que os escravos deveriam ter os sábados livres para poderem procurar o seu sustento (Carta Régia de 11 de janeiro de 1701); e, segundo ao impor, repetidas vezes, que reservassem terras para o plantio da mandioca. Tais determinações encontraram muitas resistências por parte dos senhores de engenhos e colonos, como se poderá demonstrar em uma ampla documentação. Tais resistências também podem ser evidenciadas através de uma legislação sempre precedida e

³⁴ FURTADO, Celso. Op. cit., p. 55.

³⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. Op. cit., p. 68.

³⁶ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História da agricultura brasileira, p. 120.

reforçada nos momentos críticos. A recorrência de medidas preconizadas pelo poder metropolitano e, aparentemente, repudiadas pela classe de proprietários de terra, leva-nos a formular a seguinte hipótese: a monocultura do açúcar no litoral pernambucano e baiano desenvolveu-se, palmo a palmo, com o fortalecimento da classe dominante local, mais como uma conquista de plantadores e comerciantes, do que como uma posição do Estado português, consolidando-se no interior da sociedade colonial, sobretudo na fase final do período, quando parece mais evidente a sua crise.

Uma das preocupações centrais da coroa sempre foi garantir a subsistência dos menos favorecidos, o que se evidencia na relativa e extensa legislação promulgada a respeito. Tratava-se para o Rei de uma ordem social, sumamente importante, nem sempre assim entendida pelos interesses superiores do grande comércio e da grande lavoura. As câmaras municipais tinham atribuições de assegurar o abastecimento. Cabia essa competência aos almotacés. Por outro lado, assegurar, através de medidas disciplinares, a cultura de subsistência básica à alimentação contrária, na maioria das vezes, ao interesse da grande lavoura exportadora que se constituía como um dever social da coroa, decorrência de um poder que se situava, em princípio, acima das ordens e dos privilégios individuais. Tratava-se, para ela, de promover o bem geral do Estado.

“Mesmo ineficientes no exercício de suas atribuições, foram as câmaras municipais uma espécie de caixa de ressonância do jogo dos interesses locais, refletindo as hierarquias do poder local ou as fragilidades. E, quanto ao poder de legislar exercido pela Coroa, as medidas de controle aventadas foram pouco eficazes como se pode depreender pelo (sic) monotonia com que eram reforçadas e/ou alteradas.”³⁷

Assim como a colônia fomentou a produção de alimento, em grande escala, Portugal compartilhava do mesmo propósito, pois ^{port} com sua área reduzida e seus solos montanhosos a metrópole era, há muito tempo, deficitária na produção de alimento e, assim, ficaria um tanto difícil abastecer, também, a colônia. Desta forma, o Conselho Ultramarino e os vice-reis passaram a exigir um maior equilíbrio entre a produção para o mercado externo e a produção de alimentos para o abastecimento interno.

³⁷ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op. cit., p. 122.

2.6 - O mercado interno

Conforme FRAGOSO a economia colonial não se restringia apenas à exportação, a consolidação da lavoura e da pecuária voltadas para o mercado interno, era um exemplo presente no recôncavo baiano, que ao lado da atividade açucareira, havia os pequenos e médios produtores de alimentos que, utilizando o trabalho familiar e/ou escravo, abasteciam os engenhos e as cidades.

A colônia não se reduzia apenas a engenhos, pois havia uma diversificada agricultura suficientemente forte, mesmo de artigos de exportação – apesar do fluxo de exportação ser temporário, como o fumo, algodão, couro, aguardente, anil, drogas do sertão, arroz, etc. Aspecto que só vem ressaltar que a sociedade brasileira era bem mais complexa do que se imaginava. Nas maiores unidades agrárias, que possuíam o maior número de escravos, tinham no mercado externo seu principal objetivo. A agricultura destinada ao mercado interno também tinha no escravo sua base de sustentação.

Mesmo no período de declínio, houve ampliação de áreas no Nordeste e em outras regiões, como o norte fluminense, iniciou-se atividade açucareira de grande porte para exportação. Em suma, se haveria homens investindo na criação de engenhos, era porque havia demanda reprimida ou possibilidade de criação dessa demanda, não necessariamente no exterior. E diante de tudo exposto, fica claro que a lavoura açucareira foi o principal setor econômico no período colonial brasileiro, principalmente pelo expressivo contingente de homens livres e escravizados dedicados a essa atividade.

“A grande unidade agrária não produzia alimentos suficientes para sustentar os que nela viviam, obrigando-os a comprar no mercado partes dos alimentos que consumiam. Foi por isso que em inúmeras áreas surgiram propriedades escravistas voltadas justamente par esse mercado interno”³⁸.

No entanto para outros autores como GRAZIANO a existência de um mercado interno só foi possível diante das perspectivas de um comércio lucrativo perante a escassez de alimentos na região das minas. Com isso, empresários maiores, possuidores de grandes fazendas e mão-de-obra escrava voltaram-se para a produção de gêneros alimentícios, o que veio

³⁸ FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. FARIA, Sheila de Castro. Op. cit., p. 56.

estabelecer uma possível produção especializada de alimentos destinados à população das minas. E a proximidade de núcleos de povoamento, tais como o Rio de Janeiro, vieram favorecer tal empreendimento.

Contra-pondo-se à idéia de um possível mercado interno, Maria Yedda Linhares, assegura que a produção brasileira de alimentos para o mercado interno não teria condições de evoluir para uma economia auto-sustentável.

“As atividades voltadas para o mercado interno, mesmo que pudessem representar uma melhoria conjuntural das condições de vida da colônia, não conduziã as condições para o arranque econômico auto-sustentado. Em suma, a produção de alimentos não mudaria revolucionariamente o sistema econômico”³⁹.

A agricultura na região das Minas, apesar de ser quase apenas de subsistência, toma a forma mais desenvolvida em relação a outras regiões da colônia. E *“(...) é ai que se encontram grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno”⁴⁰*. Desta feita, percebe-se que a população mineira foi sustentada por uma agricultura voltada para um mercado interno. Mesmo com o declínio da mineração, continuaram as pequenas explorações de agricultura, cuja produção visava atender os maiores centros urbanos.

“Por este motivo constituem-se lavouras especializadas, isto é, dedicadas unicamente à produção de gêneros de manutenção. Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura, e cujo sistema de organização é muito diverso. Trata-se de pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo”⁴¹.

A capitania de São Paulo somente produzia para atender suas necessidades, pois muitas de suas vilas não se encontravam em condições de prover a região das minas. Na verdade, no decorrer do século XVII, havia apenas uma mercadoria que exportavam: *“o escravo ameríndio; as outras produções só se intensificaram um pouco mais quando a*

³⁹ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Op. cit., p. 116.

⁴⁰ SILVA, J. F. Graziano da. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura. p. 25.

⁴¹ PRADO JR., Caio. Op. cit., p. 42.

*indústria do apresamento declinou, a partir dos meados do século XVII, mas não a ponto de alimentar exportação perceptível*⁴². Já na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XVIII, a descoberta do ouro chegou a ser prejudicial, pois acarretou na região uma grande evasão populacional e o encarecimento dos alimentos. “*Os documentos que atestam a crise de fome sofrida pela cidade do Rio de Janeiro, nos fins do século XVII e começo do seguinte, são numerosos e insistentes*”⁴³.

No tempo que se descobriu o ouro, a produção de açúcar já mostrava sinais de decadência, em decorrência da concorrência que sofria pela produção das Antilhas. Revelado o surgimento das primeiras jazidas nas minas, as populações baianas e pernambucanas apressaram-se em participar das vantagens auríferas de duas maneiras, como já havia feito paulistas: extraíndo diretamente ou comercializando-o. Aliás, “*(...) muitos senhores de engenhos voltaram-se para as minas, com todos os seus haveres e escravos*”⁴⁴.

Portanto percebe-se que a colônia da *plantation* não passava de uma produtora de alimentos de subsistências. Com pequenas roças de feijão, milho, abóbora, batata doce, mandioca e outros gêneros facilmente cultiváveis durante o período em que vigorou a economia açucareira no Brasil. Ele afirma que até o início da mineração “*não havia uma estrutura produtora de alimentos destinados à população (...), sendo a elas destinados os alimentos produzidos pelas pequenas roças em regime de subsistência*”⁴⁵.

⁴² ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, p. 56

⁴³ *Ibid.*, p. 66.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 69-70.

⁴⁵ SILVA, J. F. Graziano de. *Op. cit.*, p. 24-25.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que dentro de um sistema de hierarquia consolidada, a massa da população livre do Brasil colonial não se arraigava na terra nem tinha peso econômico. Isso atribuído à abundância desmesurada de terras incultas e aos caracteres estruturais da grande propriedade monocultora e a escravidão, o que possibilitaram o adensamento de um modo de produção marginal, predominantemente de auto-subsistência.

Aqueles que ficaram para trás como consequência do insucesso mercantil na colônia, foram os formadores de uma população livre, juntamente com ex-escravos e miscigenados, que fora do contexto, caracterizado pela monocultura, latifúndio e escravidão, foram marginalizados e, em sua maioria, ficaram a mercê dos grandes proprietários de terras.

Somente o domínio rural patriarcal gozava de solidez e autonomia. A fraqueza do poder central do Estado em contraste com a força da ordem privada de natureza agrária e mercantil, que absorvia as funções do poder público, tornou possível a existência de uma indústria voltada apenas para o mercado externo.

Mediante a origem dos responsáveis pela implantação da *plantation*, pelo menos daqueles que a financiaram – judeus (cristãos-novos) – como também o próprio sistema monocultor, não poderia ser diferente das características agro-exportadoras existentes. Por isso mesmo, atividades como a agricultura de subsistência – sustentada por escravos e roceiros – que não gerava retorno lucrativo, dificilmente obteria lugar nesse conjunto.

Tudo aquilo que pudesse atrapalhar ou impedir a plantação canavieira seria de alguma forma excluído ou submetido a segundo plano. Foi o caso da pecuária, que com a sua crescente proliferação começou a disputar espaços territoriais com a lavoura canavieira, acarretando no deslocamento dos rebanhos para o interior do país.

A aceitabilidade da produção do fumo, paralela à *plantation*, deu-se principalmente pelo fato do retorno ser diretamente ligado a manufatura açucareira, seja com escravos, seja com os próprios rendimentos. Tudo isso associado, inicialmente, ao pequeno investimento necessário para sua produção (seja em terras, seja em escravos), gerando uma repentina riqueza, em face da grande aceitação no mercado europeu.

Sendo uma estrutura agrária, com foi a *plantation*, somente os próprios senhores de engenhos poderiam tornar possível uma produção de alimentos com condições de formar

um mercado interno, como o fizeram – despertando para um comércio lucrativo de alimentos – na região das minas.

Tratando-se da sociedade brasileira o que se deu foi acentuar-se, pela pressão de uma influência econômica-social – a monocultura. A deficiência das fontes naturais de nutrição que a policultura teria talvez atenuado ou mesmo corrigido e suprimido, através do esforço agrícola regular e sistemático. Muitas daquelas fontes foram, por assim dizer, pervertidas, outras estancadas pela monocultura, pelo regime escravocrata e latifundiário, que em vez de desenvolvê-las, abafou-as, secando-lhes a espontaneidade e o seu desenvolvimento. Aliás, a imposição da monocultura parece-nos ir contra ao equilíbrio da natureza - mesmo que com o tempo ocorra a adaptação - principalmente quando a planta vem de outro ambiente dominar certa região. Foi o caso, a princípio, do Brasil colonial com a implantação da *plantation*.

Diante do exposto, podemos considerar finalmente que o alimento, a base da vida, principalmente à produção de subsistência enquadra-se de fundamental importância, seja para sobrevivência humana, seja para fixação do homem no campo. Estas condições foram fundamentais para resgatarmos na História do Brasil, em particular o período colonial, por ter sido a origem do tema em evidência, aspectos dessa natureza, para entendermos um pouco do perfil da vida e da evolução econômico da colônia.

Foi possível também chegarmos a outras considerações, porém atinentes à história social. Ou seja, quase sempre os historiados buscaram no período correspondente ao Brasil colônia, informações para bem entender o porquê de tal processo que acontecia no presente, ou seja, no Brasil Contemporâneo. Caio Prado Júnior, em sua obra clássica *Formação do Brasil Contemporâneo*, cujo título retrata o presente, aborda estudos referentes ao período colonial brasileiro. Neste sentido, não é demais ressaltar que um dos traços da formação do Brasil, em pleno terceiro milênio, ainda é a presença de uma hierarquia sócio-econômica excludente, cuja natureza e permanência temporal remete-nos, independente dos conteúdos, à colônia.

Pode-se observar, também, que diante desse quadro, a escassez de alimentos, como naquela época, não existe. No entanto, a fome persiste em maiores proporções, porém de maneira diferente. Quer dizer, se a falta de alimentos no passado era proveniente da falta de produção, hoje é pior, temos superprodução, entretanto uma grande massa não tem acesso sequer para saciar sua fome, principalmente no então palco da *plantation*, o Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, João Antonio. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

CARDOSO, Zoroastro Ramos. *Burgueses urbanos: dos flamengos aos mascates em Recife*. Natal, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. A economia colonial brasileira – séculos XVI-XIX. In: CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia (Coord.). *Discutindo a história do Brasil*. São Paulo: Atual, 1998.

FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000. parte I.

FURTADO, Celso. *História econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. (Ensaio; 29).

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 6. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1985. v. 1, t. 1.

_____. 6. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1985. v. 2, t. 1.

LINHARES, Maria Yedda, ^{Silva} SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda *et al.* *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, J. F. Graziano da (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

PERET, J. Américo. O desafio da cultura indígena. *Revista Geográfica Universal*, São Paulo: Ed. Abril, 1980.

para a ordem
a fabricar
para a ordem